

**REFORMA DO ENSINO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE JOVENS SECUNDARISTAS CARIOCAS****HIGH SCHOOL REFORM AND POLITICAL PARTICIPATION: A STUDY ABOUT CARIOCAS SECONDARY STUDENTS****REFORMA DE SECUNDARIA Y PARTICIPACIÓN POLITICA: UN ESTUDIO ACERCA LOS JOVENES SECUNDARISTAS CARIOCAS****Francisco Pinto de Azevedo**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: franciscopintodeazevedo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5425-5119>**Resumo**

Esta pesquisa tem como pano de fundo a discussão sobre Juventude e Participação Política, no contexto de aplicação da Reforma do Ensino Médio no Ensino Público carioca. Como principal fonte, conta com 101 respostas de jovens do Rio de Janeiro sobre os temas citados. Essas respostas foram obtidas a partir de um questionário aplicado de forma online, entre jovens do Rio de Janeiro que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, no ano de 2020. O artigo versa sobre a visão desses jovens a respeito da Reforma do Ensino Médio e sobre suas experiências de participação política enquanto secundaristas. O principal argumento deste artigo, baseado nos resultados alcançados, é de que uma maior participação dos alunos nas decisões escolares pode contribuir para a melhora dos índices de qualidade atualmente utilizados no Ensino Médio brasileiro. Essa narrativa se opõe ao ponto que sustenta a Reforma, de que essa melhora viria a partir da mudança e enxugamento curricular. Além disso, os resultados obtidos também nos apontam para uma insatisfação dos jovens participantes da pesquisa com a Reforma, principalmente em relação à redução de currículo, corroborando a narrativa de pesquisadores sobre o tema.

**Palavras-Chave:** Reforma do Ensino Médio; Juventude secundarista; Ocupações de escolas;**Abstract**

The background of this research is the discussion about Youth and Political Participation, in the context of implementing the High School Curriculum Reform in Public Education. As our main source, we count with 101 answers giving by people in the youth age group from Rio de Janeiro about the previously mentioned topics. We got the answers from an online research form, among Rio de Janeiro's youth population who graduated from Public High Schools in the year of 2020. This paper speaks on the perspective of this youth in the matters of a High School Reform and their experiences of political participation as high-schoolers. The main argument of this paper, based on the research results, is that a higher students participation in the school decisions can contribute to improve the quality indicators currently used in the brazilian High

School. This narrative is opposed to the stand that supports the Reform, who argues that this improvement would come from the curriculum change and its downsizing. In addition, the results obtained also points that there is a lot of discontentment with the Reform across the youth population who participated on the research, mainly in the matters of a curriculum reduction, which corroborates with the narrative used by the researchers on this topic.

**Key-words:** High School Reform; High-schooler Youth; Schools Occupation.

## **Resumen**

Esta investigación tuvo como antecedente una discusión acerca la Juventud y Participación Política, en el contexto de la aplicación de la Reforma de la Secundaria en la Educación Pública Carioca. Como fuente principal, la investigación cuenta con 101 respuestas de jóvenes de Río de Janeiro sobre los temas mencionados. Estas respuestas fueron obtenidas de un cuestionario en línea aplicado entre jóvenes de Río de Janeiro que terminaron la secundaria en escuelas públicas en 2020. El artículo trata sobre la visión de los jóvenes en relación con la Reforma de la Secundaria y sus experiencias de participación política como estudiantes. El principal argumento de este artículo, basado en los resultados alcanzados, es que una mayor participación de dos alumnos en las decisiones escolares puede contribuir para la mejora de dos índices de calidad utilizados actualmente por las escuelas secundarias brasileñas. Esta narrativa se opone al punto que sostiene la Reforma, que esa mejora vendría del cambio y la ampliación curricular. Además, los resultados obtenidos también nos señalan la insatisfacción de los jóvenes participantes en la investigación con la Reforma, principalmente en relación a la reducción del currículo, reiterando la narrativa de investigadores sobre el tema.

**Palabras-clave:** Reforma de secundaria; jóvenes de la escuela secundaria; ocupaciones escolares;

## **Introdução**

Este artigo é parte do resultado da pesquisa feita por um grupo de estudos sobre Juventude e a Reforma do Ensino Médio. O grupo de pesquisa conta com estudantes e pesquisadores, da graduação e pós-graduação, seu objetivo geral é pensar a experiência da Juventude no Ensino Médio e suas impressões sobre o mesmo, principalmente em um contexto de aplicação da Reforma do Ensino Médio (MP 746).

Os principais tópicos abordados neste artigo são as impressões de secundaristas cariocas sobre a Reforma do Ensino Médio, relacionando essas opiniões com a participação política e experiência no Ensino Médio público dos mesmos. O objetivo principal do artigo é observar de que maneira a parcela da Juventude contemplada pela pesquisa – estudantes egressos de colégio público que se formaram em 2020 - reage às propostas da Reforma do Ensino Médio abordadas pelo questionário.

Combinaremos, portanto, opinião dos secundaristas obtida em pesquisa com bibliografia sobre o tema, sempre buscando fazer a relação entre esses dados. Ao longo do

artigo citaremos as Ocupações de Escolas, nos concentrando na narrativa dos ocupantes sobre a Reforma do Ensino Médio. Esse resgate de narrativa existe devido ao movimento de ocupações ter sido a principal resposta da Juventude Secundarista para a Reforma do Ensino Médio, configurando um movimento político com grande protagonismo juvenil.

## **Metodologia**

A amostra de dados foi obtida a partir de aplicação de um questionário de forma online, com quarenta e três questões divididas em quatro blocos: Bloco I – Perfil Socioeconômico; Bloco II – Trajetória Escolar; Bloco III – Reforma do Ensino Médio; Bloco IV – Território. O questionário foi respondido especificamente por jovens do Rio de Janeiro, que se formaram no Ensino Médio, em escola pública, no ano de 2020. A escolha desse recorte foi intencional, pensando uma geração que se formou após a Reforma do Ensino Médio ter sido promulgada.

A divulgação do questionário foi feita de maneira orgânica pelos integrantes do grupo de pesquisa, sendo repassado aos conhecidos que se encaixavam no perfil. Também foi feita divulgação em grupos de redes sociais e entre professores da rede pública que tivessem acesso aos alunos já formados. Sempre que algum jovem respondia, pedimos que divulgasse para seus colegas de turma que ainda tivessem contato. Por fim, alcançamos cento e uma (101) respostas.

Dos quatro blocos, este artigo utiliza majoritariamente o Bloco II – Trajetória Escolar e o Bloco III – Reforma do Ensino Médio, por terem mais proximidade com as temáticas propostas neste artigo. O Bloco I foi usado para comparação com o restante da população estudantil do Rio de Janeiro, por meio de censos promovidos pela Secretaria da Juventude. Esses censos, por sua vez, foram exibidos em uma série de Boletins, e neste artigo foram usados em específico dois deles: Juventude em Dados - Jovens na Educação Básica (2021) e Juventude em Dados - Juventude e Participação Política (2021).

## **Considerações sobre a amostra**

Esse texto é uma apresentação da nossa amostra, com o objetivo de contextualizar a mesma dentro do universo da Educação Básica no Rio de Janeiro. Para tal, utilizaremos os dados de dois boletins feitos pela Prefeitura do Rio de Janeiro: Juventude em Dados - Jovens

na Educação Básica (2021) e Juventude em Dados - Juventude e Participação Política (2021). Importante frisar que os valores apresentados pelos boletins representam todos os alunos cariocas da Educação Básica, enquanto nossa amostra se limita à alunos que se formaram em 2020. Um resultado mais refinado seria possível, porém, não conseguimos achar dados específicos para os alunos que cursaram o terceiro ano em 2020.

De acordo com os dados levantados pelo primeiro boletim, em 2020 existiam 389.016 alunos na Educação Básica no Rio de Janeiro. Desse todo, 57.629 (14,82%) estavam no terceiro ano. Nossa amostra contou com 101 alunos, ou seja, 0,17% de toda a amostra possível. Os 57.629 alunos que cursaram o último ano do Ensino Médio em 2022 estavam divididos em três segmentos: Ensino Médio - 3ºano/3ª Série - 52398 (90,9%) alunos; Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 3ª Série - 3453 (6%) alunos; Ensino Médio - Modalidade Normal/Magistério 3ª Série - 1778 (3,1%) alunos. Nossa amostra segue a proporção de, respectivamente, 64,4%, 11,9% e 23,8%. Em relação ao EJA, o segmento possui 46.233 (11,9%) alunos. Nossa amostra não apresenta nenhum aluno desse segmento.

Em relação à idade, 89,03% dos alunos cariocas têm entre 14 e 19 anos, 7,84% têm de 20 a 24 anos, e 3,13% têm de 25 a 29 anos. Dentro de nossa amostra, 93% têm entre 14 e 19 anos, e 7% têm entre 20 e 24 anos.

Em relação a distribuição de gênero, 50,38% dos alunos cariocas se declararam do gênero masculino e 49,62% do feminino. Nossa amostra tem maioria feminina, com 69% das respostas, contra 27% do gênero masculino. Há, ainda, a divisão de 6% na categoria outros: 3% é um grupo composto de não-binários e transexuais, e os outros 3% preferiram não responder.

Na distribuição de cor/raça 39,24% dos alunos da Educação Básica se autodeclararam pretos e pardos, 24,94% brancos, 0,23% amarelos e 0,8% indígenas. Nossa amostra, por sua vez, tem a seguinte proporção: 49,5% pretos ou pardos, 47,5% branca, 2% amarela e 1% indígena. 1% optou por não responder. Embora sigam a mesma ordem de grandeza, a distância entre brancos e pretos ou pardos é menor.

Toda a nossa amostra foi feita com estudantes da Rede Pública. Esses estudantes compõem 76,7% de todos os estudantes cariocas. Importante frisar, nesse momento, que a Rede Federal, presente com 23,8% em nossa pesquisa, representa apenas 2,7% de todos os jovens cariocas.

Em relação aos estudantes com deficiência, são 14.949 (3,8%) do total. Nossa amostra, no entanto, não contou com nenhum aluno que declarasse deficiência. Em relação aos estudantes com distorção idade-série, são 84.915 (21,85%). Em nossa amostra, 15 alunos (15%) apontaram reprovação em algum ano de suas vidas escolares.

A partir desses dados, nossa amostra deve ser ressaltada enquanto discrepante das proporções do Ensino Básico carioca em três pontos principais. O primeiro é a maior presença de alunos da rede Federal e Normalista, e, conseqüentemente, menor dos alunos do Ensino Médio regular. O segundo é a maior presença de pessoas do gênero feminino. Há, ainda, a ausência total de alunos com deficiência e alunos do EJA.

### **As narrativas sobre a Reforma do Ensino Médio**

A Reforma do Ensino Médio foi uma medida do Governo de Michel Temer (2016-2018) promovida como MP 746, e transformada na lei 13.415 após sua aprovação em 16 de Janeiro de 2017. A reforma consiste em diversas alterações estruturais no Ensino Médio. Este artigo se concentra em três delas: a redução do currículo, a inserção de itinerários formativos, e a proposta de Ensino Integral.

A Reforma foi justificada de muitas formas pelo governo federal, por setores da política aliados ao mesmo, e por movimentos sociais alinhados com o lado direito do espectro político – notadamente o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola Sem Partido. A principal justificativa para a Reforma foi o baixo rendimento do Ensino Médio brasileiro em padrões de qualidade específicos, como o PISA e o Ideb, e o alto índice de abandono escolar. De acordo com esses índices, surgiu o argumento de que a escola deveria ser modernizada para se tornar mais atrativa ao estudante, justificando a proposta de redução do currículo obrigatório e a opção de escolha de Itinerários Formativos.

Os pontos de oposição à Reforma são diversos. O principal deles é a argumentação de que uma mudança curricular, sozinha, não resolveria as questões apresentadas. Os opositores da Reforma argumentam que esse projeto não leva em consideração, por exemplo, a infraestrutura escolar, as condições de trabalho dos professores, ou as condições sociais dos estudantes, como por exemplo a necessidade de entrada no mercado de trabalho enquanto ainda cursa o Ensino Médio. Isso não significa ignorar os baixos índices alcançados pelo Ensino Médio, nem discordar que o mesmo precise de uma reforma – 80% de nossa amostra concorda que uma reforma é necessária. Outro ponto criticado foi a maneira como a Reforma foi

implementada: de forma autoritária e imediatista, sem diálogo com outros atores sociais relevantes, como pesquisadores, professores, e os próprios alunos.

Para ilustrar as críticas apontadas, podemos utilizar o artigo de Costa e Silva (2019), que reúne o posicionamento em relação à Reforma do Ensino Médio de três entidades representativas da área educacional: a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). As críticas feitas por essas entidades seguem três eixos principais: a noção de democracia no contexto do neoliberalismo, o direito à educação e o conhecimento mais amplo da juventude, e medidas que acenam para a privatização da educação.

O primeiro apontamento feito por essas entidades, compartilhado por alunos ocupantes e pesquisadores de educação, como Peroni (2018) e Libâneo (2016), é a semelhança com o modelo empresarial de educação, ressaltando a forte presença da iniciativa privada na formulação da Reforma do Ensino Médio. Outro ponto criticado foi o autoritarismo com o qual a reforma foi sancionada, sem diálogo com a sociedade civil, pesquisadores da área e comunidade escolar.

Esses dois apontamentos podem ser sintetizados no seguinte trecho sobre a Reforma:

Conduzida de forma autoritária, por MP, sem a participação de importantes segmentos sociais diretamente interessados no debate, tais como os pais, professores, estudantes e gestores governamentais dos estados e do Distrito Federal, os quais são os responsáveis diretos pela manutenção e pelo desenvolvimento dessa etapa da educação básica.

Não sem resistência desses segmentos, a reforma parece interessar diretamente a certos atores e setores da economia como bancos e organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros. Reformas criam demandas. Atender a elas, no entanto, é a mais nova forma de o capital avançar na definição do conteúdo da educação, na disputa por fundos públicos e, portanto, pela privatização dessa etapa do ensino.” (COSTA; SILVA, 2019, p. 12-13)

Essa falta de diálogo e insatisfação geral com a nova proposta de Ensino Médio foram os principais motivos pelos quais aconteceram as Ocupações de Escolas de 2016, principal movimento de oposição à Reforma. Podemos ver que o conteúdo da Reforma foi discutido de forma tão rasa, que mesmo que 85% de nossa amostra já tenha ouvido falar sobre ela, 85% nunca tinham ouvido falar sobre uma de suas principais propostas: os Itinerários Formativos.

Para melhor análise da opinião das Juventudes sobre a Reforma do Ensino Médio, também devemos levar em consideração as narrativas movidas no espaço virtual. Nazário, Santos e Neto (2021) concentram seus esforços em analisar as narrativas feitas no ciberespaço, se atentando em quais mídias foram usadas e quais atores participaram da discussão. A escolha do uso de redes sociais é muito importante para analisar a Reforma do Ensino Médio, visto a relevância das mesmas na aceitação ou não da Reforma, principalmente, entre as juventudes. As ocupações de escolas, principal oposição à reforma, também se utilizaram muito das mídias sociais. Ratto (2017) nos mostra como as mídias foram relevantes para esse movimento, e Azevedo (2022) elenca a presença nas redes sociais como uma das sete formas de legitimação das ocupações entre os movimentos sociais.

Os autores chegam em resultados interessantes, com muitos comentários alinhados à narrativa militante majoritária, representada por movimento estudantil, ocupações de escolas, e demais opositores. Essa narrativa consiste no argumento de que o verdadeiro objetivo da Reforma do Ensino Médio nada tem a ver com a melhora dos índices de qualidade, mas sim com a redução do senso crítico dos estudantes, tornando o Ensino público apenas uma preparação básica para o mercado de trabalho, normalmente visando subempregos. Existe, no entanto, uma segunda narrativa, que argumenta que a redução do currículo e escolha de itinerários formativos pode, sim, diminuir a evasão escolar. Os autores apontam que essa dicotomia tem relação com a própria concepção de Ensino Médio: algo que finda em si mesmo, como um curso técnico, ou uma formação continuada, mais humana, que forma para a cidadania.

A crítica sobre a redução do currículo se concentra, principalmente, na desobrigação de cursar matérias que contribuem para a construção do pensamento crítico, como História, Sociologia e Filosofia. Nussbaum (2017) aponta que em diversos países, inclusive no Brasil, as ciências humanas têm sido deixadas de lado devido ao fenômeno de “Educação para o lucro”, no qual a prioridade é ensinar os alunos a serem economicamente produtivos, sem preocupação com a formação cidadã. De acordo com esse modelo educacional, o ensino das humanidades é visto como dispensável, visto que não contribui com os índices de qualidade globais ou com o rendimento no mercado de trabalho. O esvaziamento do currículo e a falta de obrigatoriedade de matérias das áreas de humanas também não é bem visto pelos jovens de nossa amostra - aproximadamente 85% dos jovens gostariam que as disciplinas Artes, Sociologia e Filosofia se mantivessem no currículo do Ensino Médio.

A redução do currículo vem acompanhada de uma segunda proposta da Reforma: os Itinerários Formativos. Esses itinerários seriam cinco: “Linguagens e suas tecnologias”, “Matemática e suas Tecnologias”, “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, “Ciências Humanas e suas tecnologias”, “Formação Técnica e Profissionalizante”. A principal preocupação em relação a essa proposta, para além da crítica da redução curricular, é sobre a responsabilização, mas não obrigatoriedade, das escolas em relação à oferta dos cinco itinerários para seus alunos - as escolas têm obrigação com a oferta de apenas um itinerário. O Estado, portanto, fica desobrigado de oferecer a formação integral para seus estudantes, visto que a responsabilidade por essa oferta é de cada escola a partir de seus próprios recursos. Vemos um possível problema de execução devido à falta de infraestrutura das escolas, principalmente as escolas públicas que não terão condições materiais de oferecer todos os itinerários para seus estudantes. Esses itinerários, para além de suas problemáticas estruturais, ainda contaram com a rejeição dos jovens de nossa amostra: 75% discordam dessa proposta.

Nosso questionário simulou qual Itinerário Formativo seria escolhido pelos jovens, caso estivessem em um contexto escolar em que essa escolha fosse plenamente possível. A partir dos resultados, podemos ver duas preferências: o Ensino Profissionalizante (34,7%) e as Ciências Humanas (28,7%). Esse dado nos remete, novamente, à dualidade do Ensino Médio: se de uma forma, a escola é lugar de socialização, do pensamento crítico, do gosto pela discussão daquilo que é social, de outra forma também remete à formação para o mundo do trabalho, do entendimento de que a escola finda em si mesma. Fazendo uma análise mais minuciosa desses dados, a preferência por Ciências Humanas é ligeiramente maior entre alunos de escolas federais em relação às escolas estaduais, entre mulheres, e entre brancos. O Ensino Profissionalizante, por sua vez, é ligeiramente maior entre alunos de escolas federais, entre homens, e entre negros.

Segundo o projeto de Reforma, a escolha do Formativo deve ser feita pelo estudante ao entrar no Ensino Médio. Essa escolha seria uma ferramenta para aumentar a autonomia do secundarista, permitindo a escolha de quais matérias estudar, e teoricamente aumentando a atratividade da escola. Pergunto, no entanto, se é viável falar de autonomia quando levamos em consideração as questões sociais dos secundaristas brasileiros. Como podemos ver nos dados apresentados, existem recortes sociais importantes que influenciam nessa escolha - a Reforma, novamente, ignora os fatores sociais para pensar as mudanças do Ensino Médio, reforçando a narrativa de escola meritocrática e dependente unicamente de escolhas do próprio estudante.

Como vimos nas críticas feitas, o grande ponto de convergência entre acadêmicos da área é que a mudança no currículo escolar não surtirá os efeitos desejados, caso não venha acompanhada da melhora de outros fatores, tal como a infraestrutura das escolas, um dos pontos apresentados pelos opositores enquanto profundamente relevante para o melhor rendimento no Ensino Médio, mas deixado de lado pela Reforma. Ainda na pesquisa Nazário, Santos e Neto (2021), existem muitos comentários em redes sociais de jovens confirmando a narrativa acadêmica, de que o espaço escolar está sucateado e abaixo do necessário, e que sem essa mudança, nada é possível. Segundo Silva (2016), 44% das escolas de Ensino Médio não têm biblioteca, 56% não têm laboratório de ciências, 10% não possuem internet e 30% não têm quadra ou espaço para esportes.

Os dados de nossa amostra, por sua vez, apresentam resultados mais positivos em relação à infraestrutura: apenas 2% das escolas não têm biblioteca, 31% não têm laboratório de ciências, e 8% não têm quadra de esportes. Acredito que essa disparidade em relação à média exista por dois motivos principais: o primeiro é o fator das escolas se localizarem no Rio de Janeiro, região mais desenvolvida economicamente em relação ao restante do país, e consequentemente com mais recursos para infraestrutura pública. O segundo fator são os alunos da rede federal presentes em nossa pesquisa estarem em uma proporção dez vezes maior do que a absoluta do Rio de Janeiro - a relevância desse fator se dá pela maior quantidade de recursos financeiros que a Rede Federal possui, em relação à Rede Estadual. Fazendo uma análise comparativa entre as respostas de nossa amostra sobre infraestrutura, levando em consideração as redes - federal ou estadual - de cada estudante, as bibliotecas existem em quantidades iguais em ambas, a diferença está em seu uso: os alunos da rede Federal fazem mais uso dessa infraestrutura. Sobre os laboratórios de ciências, todas as escolas federais possuem um, enquanto 40% das estaduais, não. A quadra de esportes, por sua vez, é mais presente e mais usada por alunos da rede federal.

A discussão sobre infraestrutura é importante, pois pode ser abordada de diversos vieses. O viés de estrutura física é importante, visto que retrata o investimento financeiro nas escolas e a forma como os mesmos são usados. Não só a existência da estrutura, no entanto, é importante – a apropriação da mesma pelos alunos também é profundamente relevante. A maior sensação de pertencimento e apropriação desses espaços pode ser motivada por uma relação mais pessoal do aluno com a escola. Pensemos o exemplo das bibliotecas: os alunos de rede federal e estadual possuem bibliotecas em suas escolas, mas os de rede federal frequentem e se apropriam mais desse espaço. Uma das soluções possíveis, se formos pensar a participação dos

secundaristas no planejamento escolar, seria a consulta aos próprios alunos para saber qual tipo de livros desejam em suas bibliotecas, ou propor uma sala de leitura na escola em que eles tivessem livre acesso para frequentar e alterar seu espaço.

É uma constatação infeliz que a sistematização das opiniões seja apenas objeto de pesquisa acadêmica, e não uma fonte usada pelo Governo Federal para pensar os caminhos da Reforma e do Ensino Médio como um todo. Acredito que um dos principais pontos que podem ser concluídos a partir das fontes apresentadas é que a juventude quer discutir sobre a reforma, se interessa pela mesma, tem capacidade de análise, síntese, e pode dar uma opinião válida. Deveria ter sido o primeiro setor a ser consultado, e no entanto, permanece no fim da fila dos atores sociais levados em consideração pelo Governo Federal. A amostra usada neste artigo sustenta essa argumentação, visto os resultados da pergunta sobre quem deveria participar da discussão sobre uma reforma no Ensino Médio, em primeiro lugar aparecem os próprios estudantes (91,9%), seguidos dos professores (89,5%).

Existe, portanto, uma grande contradição na Reforma do Ensino Médio em respeito ao ponto de construir autonomia – ao mesmo tempo que esse projeto existe na narrativa governamental, essa autonomia não foi proporcionada no formato de chamar as Juventudes para discutir a Reforma. Podemos falar de construção de autonomia quando não se pergunta ao próprio aluno de que forma ela deve ser implementada, ou o que o mesmo entende sobre autonomia? Essa discussão sobre autonomia, participação dos secundaristas nas decisões da escola e luta pela maior participação dos jovens nos projetos pedagógicos nos leva ao próximo tópico, que trata das ocupações de escolas e da mobilização política dos secundaristas.

### **Participação política, ocupações de escolas e ensino médio**

As ocupações de escolas de 2016 foram um movimento nacional e protagonizado por estudantes secundaristas, movido em oposição ao projeto de Reforma do Ensino Médio do governo Temer, e conhecido por mais de 80% dos jovens de nossa amostra. Os pontos de oposição, como já elencado anteriormente, foram o esvaziamento curricular e o pouco diálogo feito com a sociedade civil. Esse movimento se espalhou por todo o território nacional, chegando a contar com mais de mil escolas ocupadas. As ocupações, portanto, podem ser entendidas como um movimento estudantil organizado, feito em oposição à Reforma do Ensino Médio. Para além dessa pauta primária, teve como pautas secundárias a maior participação dos

secundaristas nas decisões pedagógicas escolares - como por exemplo o uso do espaço escolar -, a maior inserção de discussões sociais no currículo, e o questionamento das relações de poder entre alunos e professores.

Como mostra Pinheiro (2017), as ocupações expuseram o descaso de muitos gestores com a infraestrutura escolar, descobrindo salas inutilizadas ou mesmo materiais didáticos nunca usados. Os ocupantes fizeram um esforço considerável para manter o espaço escolar organizado, de forma a mostrar como a escola, se gerida de outra forma, pode continuar mantendo – ou mesmo melhorar – o nível de preservação e funcionalidade. Esse movimento mostrou o apreço dos ocupantes em relação ao espaço físico da escola, mas também deixou claro que existiam muitas possibilidades nesse mesmo espaço, se usado de maneiras mais próximas à fuga do currículo e propostas pedagógicas tradicionais, a partir da maior participação dos alunos. Essa potência possível, no entanto, se enfraquece com o fim da obrigatoriedade de matérias relacionadas às ciências humanas, responsáveis pela maior parte da construção do senso crítico nos secundaristas.

Se partirmos do princípio de que a participação política dos secundaristas está estritamente relacionada com mudanças ou proposições das mesmas no Ensino Médio, podemos supor que considerações sobre essa participação são profundamente relevantes para pensarmos soluções para o mesmo, principalmente em um contexto de Reforma que valoriza pouco ou nada dessa participação política. A partir dessa premissa, pensaremos a participação política dos secundaristas, e para tal, usaremos como uma das fontes o Boletim Juventude em Dados - Juventude e Participação Política (2021), feito pela Secretaria de Juventude do Rio de Janeiro. Esse boletim apresenta a ideia de participação política pelo viés da política partidária, embora essa interpretação não seja hegemônica no contexto acadêmico. Souto (2016) faz essa relativização do conceito de participação política, argumentando que a participação política ou mesmo interesse na política não pode ser medida apenas pela participação ou interesse na política partidária. Nossa pesquisa levou em consideração o conhecimento e/ou participação em Grêmios ou Conselho escolar e nas Ocupações de Escolas para medir esse fator.

Dentre as 101 respostas apresentadas, 97% dos jovens ouviram falar sobre Ocupações de escolas ou grêmios estudantis. Esses dados mostram um conhecimento maior, inclusive, do que sobre os itinerários formativos propostos pela Reforma do Ensino Médio. 20% dos jovens nunca ouviram falar das ocupações, 50% ouviram falar mas não participaram, 17% participaram uma vez, e 13% participaram ativamente. Dentre essas estatísticas, os alunos de colégio federal

ouviram falar mais, e todos participaram em algum grau das ocupações, diferente da rede estadual, onde 20% nunca ouviu falar e apenas 25% teve algum tipo de participação. De acordo com o gênero, homens e mulheres não ouviram falar das ocupações na mesma proporção, mulheres sinalizaram mais que participaram uma única vez, e homens sinalizaram que participaram mais ativamente. Entre raça, negros não ouviram falar mais do que brancos, porém participaram mais ativamente. As respostas sobre Grêmios ou Conselho escolar mostram ser mais conhecidos do que as ocupações de escolas, embora a participação nas ocupações seja maior.

Mesmo que o entendimento sobre participação política entre o boletim produzido pela Secretaria da Juventude e os parâmetros deste artigo não sejam iguais, eles não são excludentes entre si. A partir disso, alguns paralelos são possíveis: Entre os jovens apontados pela Secretaria de Juventude enquanto ativos na política, 68% são homens e 32% são mulheres. De acordo com nossas respostas, homens também participam mais politicamente do que mulheres, porém com uma diferença muito menor entre os dois gêneros. A conta foi baseada nas respostas sobre Grêmios Escolares e Ocupações de escolas – cada uma dessas perguntas possuía quatro opções: “Nunca ouvi falar”, “Ouvi falar mas não participei”, “participei uma vez” e “participava ativamente”. Cada uma dessas respostas contava de 0 a 3 pontos, respectivamente. A soma dos pontos, divididos pelo número de respostas, mostrou uma média de 2,5 pontos nos homens, e 2,3 pontos em mulheres.

A participação política entre os jovens de nossa pesquisa, em termos gerais, alcançou resultados médios. Muitos jovens apontaram que ouviram falar de formas de participação política, mas um número baixo informou ter participado de forma pontual ou ativa. Isso nos mostra um longo caminho a ser trilhado, mas ainda assim uma caminhada já iniciada.

Esse progresso, no entanto, está plenamente ameaçado com a Reforma em curso, visto que não existe nenhuma proposta na mesma que vise o aumento da participação política dos secundaristas. Essa falta no currículo deixa de preencher lacunas que poderiam contribuir em muito com a sociedade atual. A partir da pesquisa de Azevedo (2022), podemos observar que a maior participação dos secundaristas nas tomadas de decisão sobre a escola constrói indivíduos com maior gosto pelo debate e pelo questionamento, mais ativos politicamente e com maior senso de coletividade e bem comum. É vital, portanto, que os alunos aumentem sua atuação nos Grêmios Escolares e seu conhecimento sobre o Conselho Escolar, se pensarmos que uma das principais funções da escola, como afirma Freire (1996), é formar seres humanos que pensem

de forma coletiva e solidária. Outros fatores, como a sensação de pertencimento, o zelo pelo espaço, e o interesse nos temas propostos pelo currículo também são ganhos notados com a maior participação política dos secundaristas. A pesquisa de Prado e Ferro (2020) nos mostra como a maior intervenção dos secundaristas no espaço físico da escola aumenta a sensação de pertencimento dos mesmos, reduzindo a taxa de abandono - um dos problemas apontado pela Reforma.

A partir dessas considerações, é necessária a análise crítica sobre quais índices de qualidade estão sendo considerado pelo Governo no momento de formulação da Reforma. Como vimos, não é levado em consideração o nível de participação política dos secundaristas, mesmo que esse fator seja relevante para solucionar alguns problemas apresentados pela Reforma.

A pesquisa de La Cruz, Américo, e Carniel (2019) se debruça sobre formas de avaliação padronizadas da educação brasileira, discutindo três variáveis específicas, das quais nos concentraremos em duas: a distorção idade-série e a taxa de abandono escolar. Esses fatores nos interessam, justamente, por serem um problema para o Ensino Médio elencado pelos defensores da Reforma, que pode ter como solução possível a maior participação política dos secundaristas ao invés do esvaziamento curricular.

Segundo os autores, esses índices de qualidade são:

Dispositivos de avaliação da qualidade da educação aplicados por instituições externas às escolas começaram a ser utilizados em uma escala planetária após a segunda metade do século XX. Atualmente eles integram o conjunto de marcos regulatórios preconizados por agências e organismos multilaterais e vêm sendo assimilados pela administração pública em diversos países ao redor do globo (Akkari, 2011). No Brasil, a exemplo do que ocorreu em grande parte da América Latina e do Caribe (Beech, 2009), a adesão aos modelos internacionais de avaliação aconteceu lentamente, na passagem da década de 1980 para a década de 1990, até a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Em seus vinte e sete anos de existência, o SAEB se consolidou não apenas enquanto o principal exame do desempenho educacional no país, mas também como uma poderosa ferramenta analítica que pauta políticas públicas e estabelece parâmetros oficiais para definir o que convencionou chamar de “qualidade” na educação básica. (LACRUZ; AMÉRICO; CARNIEL, 2019, p.3)

O atendimento ferrenho a esses índices se relaciona com o caráter mercadológico da Reforma, já apontado neste artigo. Segundo os críticos da mesma, o foco excessivo nesses índices significa a falta de compromisso com a construção cidadã do aluno. Biesta (2012) também faz observações nesse sentido, argumentando que existem muitas outras questões à

serem levadas em consideração além do rendimento em matemática em português, como autonomia, senso de coletividade, e convivência com diferenças.

Esse caráter mercadológico e prejudicial para as classes populares, notadamente as que recorrem ao Ensino Público, é detalhada por Costa e Silva:

Já não é novidade que a contrarreforma do ensino médio e do currículo por meio da BNCC atende a interesses outros que não das juventudes e de suas diversidades, sobretudo daquelas provenientes das camadas de maior vulnerabilidade social e que mais necessitam de uma educação pública, gratuita e de qualidade científica, pedagógica e democrática. Para muitos jovens, a escola é o único espaço de socialização, de convívio com culturas outras, com conhecimento mais elaborado e com as possibilidades de relacionar-se com as diferenças, e tais reformas, conforme nos esforçamos em demonstrar, caminham no sentido de precarizar o direito à educação, em vez de garantir sua efetivação e sua ampliação. (COSTA; SILVA, 2019, p. 20)

Streck (2012) também faz críticas às formas generalizadas de avaliar a qualidade escolar, argumentando que a falta de contextualização desses índices nas realidades de cada escola acaba por responsabilizar unicamente a gestão escolar e a prática pedagógica dos professores pelo bom ou mau rendimento. A reforma do Ensino Médio, por sua vez, faz prática semelhante, quando deixa de levar em consideração toda a realidade social e prática do espaço escolar e da realidade dos alunos, argumentando que o único fator a ser reformado para que os índices do Ensino Médio melhorem é o currículo. Mesmo levando em consideração todas as críticas às formas de avaliação padronizadas, é importante que o rendimento nas mesmas seja melhorado pelo Ensino Médio brasileiro, inclusive a taxa de abandono levantada pelos defensores da Reforma. O objetivo desse tópico, portanto, é argumentar que a melhora nesses índices passa por fatores além da reforma curricular, como a maior participação dos alunos nas decisões escolares e na gestão do espaço escolar.

### **Considerações finais**

A partir de todos os dados apresentados e das discussões feitas, acredito que podemos chegar a algumas conclusões, ou pelo menos a algumas considerações sobre a relação entre Ensino Médio, participação política, e movimento estudantil.

A mais importante delas, a meu ver, é apresentar e explicar uma certa contradição na narrativa apresentada pelos opositores da Reforma: ao mesmo tempo que argumentam que os alunos têm maturidade o suficiente para discutir qual escola querem, teoricamente não tem essa mesma maturidade para escolher um itinerário formativo. Acredito que uma das respostas possíveis seja de que são duas decisões diferentes. Ser um opositor da Reforma necessita de um certo pensamento crítico sobre a sociedade e sobre a escola, pensamento esse que está presente na escola de Ensino Médio atual, mesmo que em um nível ainda não suficiente. A decisão sobre qual Itinerário formativo escolher remete a uma outra forma de preparo - sobre mercado de trabalho, objetivos de vida, fatores que não estão presentes no currículo da educação básica.

É devido a esses fatores, por exemplo, que se julga correto que alunos façam críticas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), mas ainda assim o discurso recorrente seja de que se escolhe o curso universitário cedo demais. Além disso, a escolha de um curso superior é reversível - é possível mudar essa escola sem maiores consequências. A escolha de um dos itinerários formativos, no entanto, remete a consequências maiores e, aparentemente, não existe espaço para arrependimento. Os secundaristas, portanto, podem e devem ser levados em consideração em decisões sobre mudanças no Ensino Médio, o que não significa que todo aluno da educação básica esteja em condições de tomar decisões sobre seu futuro no mercado de trabalho.

Outro ponto de conclusão importante é levantado por Nazário, Santos e Neto (2021), onde apontam que a Reforma do Ensino Médio deve ser entendida enquanto objeto contínuo, por dois motivos principais: o primeiro é ela ainda estar em curso, visto que está em fase de aplicação. A segunda é que as opiniões emitidas sobre a Reforma também estão em constante mudança e expansão, caráter reforçado exatamente pelo primeiro fator. Qualquer pesquisa que trate da Reforma do Ensino Médio ou de opiniões sobre a mesma, não é, portanto, um estudo com fontes limitadas sobre processo finalizado, é exatamente o contrário: um estudo sobre um processo ainda em andamento, que gera novas opiniões e impressões com o passar do tempo. Essa continuidade da Reforma enquanto tema relevante reforça a justificativa de se produzir um debate acadêmico. Críticas são necessárias, mas também a busca por pontos que possam vir a ser usados de formas positivas nas escolas.

Por último, este artigo ressalta a importância da participação política dos secundaristas em suas escolas e o reflexo disso na sociedade. A partir das experiências das ocupações de escolas, observamos que existem benefícios decorrentes da maior participação estudantil nas

decisões escolares, como a maior sensação de pertencimento, o maior comprometimento com a manutenção do espaço físico, o maior interesse no currículo e o aumento da consciência de coletividade. Esses benefícios, por sua vez, poderiam ajudar a resolver alguns aspectos do Ensino Médio atual, como a infraestrutura insuficiente - e por vezes depredada pelos próprios alunos - e o abandono escolar.

Com isso, se reforça a maior crítica feita em relação à Reforma: o enxugamento curricular não é suficiente para resolver as questões do Ensino Médio apontadas. A maior escuta dos secundaristas, sua maior participação nas decisões escolares, e a participação dos mesmos na discussão sobre flexibilização – e não enxugamento – do currículo, podem nos trazer resultados muito mais positivos do que a proposta levantada e, atualmente, sendo posta em prática.

## **Bibliografia**

AZEVEDO, F. **A Ocupação do Colégio Pedro II - Campus Engenho Novo II: um debate sobre movimentos sociais e o Ensino Médio**. 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

BARROSO, J. O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, J. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores**. Lisboa: Educa, 2006.

BIESTA, G. Boa educação na era da mensuração. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; v.42, n.147, p. 808-825, 2012.

Boletim Juventude em Dados nº 2 - Jovens na Educação Básica. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Informações e Monitoramento da Juventude (JUV-RIO), 2021.

Boletim Juventude em Dados, nº 7 - Juventude e Participação Política. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Informações e Monitoramento da Juventude (JUV-RIO), 2021.

COSTA, M; SILVA, L. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; v. 24, e240047, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 21 de Junho de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 17ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LACRUZ, A; AMÉRICO, B; CARNIEL, F. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; v. 24, e240002, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vhnxFsDSRGsDnq3kf8YZ96S/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 21 de Junho de 2022.

LIBÂNEO, J. Políticas educacionais no Brasil: Desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; v.46, n.159, p. 38-62, 2016.

NAZÁRIO, M; SANTOS, W; NETO, A. Netnografia da reforma curricular do ensino médio brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; v. 26, e260002, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/f4YfWbXHMp8bp6yCNLgf8by/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 21 de Junho de 2022.

NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PERONI, V. Múltiplas formas de materialização do privada na Educação Básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, Brasil: Associação Brasileira de Currículo; v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr, 2018.

PINHEIRO, D. Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016: motivações e cotidiano. **Illuminuras**, Porto Alegre: UFRGS; v. 18, n. 44, p. 265-283, 2017.

PRADO, A; FERRO, J. Do Ensino Fundamental ao Ensino Médio: transição ou sobrevivência? In PINHEIRO, D. [et al]. (Org.). **Reforma do ensino médio: contexto, controvérsias e cenários**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2020.

RATTO, C; GRESPAN, C; HADLER, O. “Ocupa 1º de Maio”: Ciberdemocracia, cuidado de si e sociabilidade na escola. **ETD - Educação Temática Digital Campinas**, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas; v.19, n.1, p. 99-118, 2017.

SILVA, T. Dificuldades para a implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de ciência da natureza. **Investigações em Ensino de Ciências**, Rio Grande do Sul: Instituto de Física; V. 12(1), p.139-154, 2016.

SOUTO, A. Juventude e Participação. In: PINHEIRO, D. [et al]. (Org.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

STRECK, D. Qual o conhecimento que importa? Desafios para o currículo. **Currículo sem Fronteiras**, Brasil: Associação Brasileira de Currículo; v. 12, n. 3, p. 8-24, 2012.

ZIBAS, D. A revolta dos pinguins e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; v. 13, n. 38, p. 199-220, 2008.